

Golpe, ou Reforma?

21. VII. 55

"É evidente que, com o parlamentarismo, se entregarem de mão beijada ao getulismo não só a presidência da República, como o domínio do gabinete ministerial, desferindo-se assim, no 24 de agosto, o contragolpe com que sonham os aventureiros há um ano apeados do poder". Assim exprime o jornal "Estado de S. Paulo" a sua condenação à posição que se diz tomada pela União Democrática Nacional, de integral apóio à reforma parlamentarista.

É evidente que o articulista, por completo desconhecido da mecânica do sistema parlamentarista, raciocina em termos puramente aritméticos: havendo atualmente uma maioria formada por dois partidos ligados ao getulismo, a esta maioria entregaria a reforma parlamentarista o govêrno do País.

Concedamos que assim seja. Mantido, porém, o atual regime, que sucederá? É evidente que esta mesma maioria popular, que o getulismo inflama e congrega e agora se reflete na maioria do Congresso, elegerá os srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart. Disto não parece ter a mínima duvida o grande jornal fundado por Julio de Mesquita, pois reclama a correção do equívoco em que as Fôrças Armadas incidiram a 29 de outubro e reincidiram a 24 de agosto. Se lhes pede mais uma intervenção, e intervenção radical, é que a presente situação do País não tem solução normal neste regime, não tem pelo menos solução que o satisfaça.

Assim, na pior das hipóteses, a reforma parlamentarista será uma tentativa vã, que não libertará o País das fôrças que agora o dominam. Esta é a pior das hipóteses, mas não é mais razoável, porque não toma em consideração a grande diferença de estrutura e funcionamento entre os dois sistemas. Este mesmo Congresso que aí está, impotente e, por isto, irresponsável ante o poder pessoal do Presidente da República, transformar-se-á inteiramente, quando lhe couber a tarefa, não de governar, como supõem os néscios, mas de escolher o govêrno e vigiá-lo.

Outra não é a razão por que no partido majoritário, o PSD, é que se encontra a maior resistência à reforma. Se os seus dirigentes raciocinassem tão primariamente quanto o grande jornal paulista, em vez de temer, haveriam de desejar ardentemente a reforma. Dispondo da maioria, fariam o govêrno. Sabem eles, porém, muito bem que o seu próprio partido se modificará sob a benéfica influência do novo regime e que, se o sr. Juscelino Kubitschek tem possibilidade de chegar à presidência da República pelo sufrágio popular, não teria nenhuma de ser eleito pelo

Congresso. Outra é a mecânica do sistema, mecânica infensa aos que aspiram simplesmente ao poder pessoal. Muitos dos seus próprios correligionários seriam dos primeiros a negar-lhe a alta magistratura.

Vai além o jornal paulista. "Como imaginar — pergunta êle — a possibilidade do parlamentarismo com a base que lhe oferece um parlamento balcanizado como o brasileiro, cujas numerosas bancadas, oscilantes e desarvoradas, refletem a pulverização da opinião publica na multiplicidade dos partidos em que se dividem as fôrças políticas nacionais?"

Dado que não houvesse exagero nesta descrição, poderíamos responder, redargüindo: qual seria, em idênticas condições, a possibilidade do presidencialismo? Evidentemente, ou a impossibilidade de um govêrno eficiente por falta de apóio parlamentar firme, ou a ditadura do Presidente da República, exercida pelos poderosos meios que o regime faculta. Esta ultima hipótese deve harmonizar-se com as profundas tendências do grande órgão, ao menos quando da sua simpatia seja o detentor do poder, mas será tudo, menos verdadeira democracia.

Assim, se o sistema parlamentar não funciona bem com a fragmentação partidária, do sistema presidencial se pode dizer que não funciona: ou o govêrno não governa, ou governa antidemocráticamente.

Mas não é verdade que um parlamento partidariamente muito dividido não ofereça base ao govêrno parlamentar. Se na Inglaterra existem somente dois ou três partidos, em contraposição na França e em muitos outros países da Europa continental numerosos são os partidos políticos. A base parlamentar para o govêrno constitui-se então, como é razoável em tórno de um programa de govêrno. Se a maioria dos partidos concorda com determinado programa, naturalmente formada fica a maioria parlamentar.

Como se vê, incompatível com o presidencialismo, não com o parlamentarismo é "um parlamento balcanizado como o brasileiro". E, mais, o próprio funcionamento do sistema parlamentar exerceria a sua benéfica influência sobre os partidos, fortalecendo-os que tivessem condições para sobreviver e eliminando os demais. Isto pela simples razão de que o sistema parlamentar exige verdadeiros partidos e, por isto, os forma.

Nenhuma das objeções do grande órgão tem consistência: valem, apenas, como expressão de sentimentos pouco democráticos. Ele prefere o golpe; nós preferimos a reforma.